

■ Quando em meados de 1974 foi cassado o ex-deputado Alencar Furtado, a ditadura respeitou Ulysses Guimarães. Num dos seus grandes momentos de inspiração, ele foi à televisão e num discurso emocionado defendeu as suas idéias. “Navegar é preciso; viver, não é preciso”, diria ele, fazendo o Brasil despertar para a necessidade da redemocratização. “Era o auge da luta contra a ditadura e eu me lembro muito bem desse momento”, conta Ulysses, garantindo que esse foi certamente um dos mais importantes discursos de sua vida.

■ Nesse mesmo ano, ele faria uma grande caminhada pelo Brasil projetando uma imagem diferente: a do anticandidato. “Foi uma candidatura só como protesto, porque todos nós sabíamos que era impossível vencer os militares e a Arena no Colégio Eleitoral”. Ulysses atravessou o Brasil provavelmente numa das maiores campanhas eleitorais que jamais daria certo. “Andamos pelo Nordeste em lombo de burro, subimos em caixas de querosene, porque não tínhamos condições melhores para fazer comícios. Andamos pelo rio Amazonas em barcas e fomos aos rincões mais longínquos deste País. Está gravado

na minha retina e na minha memória”.

■ Era o auge de uma carreira de sucesso. Ulysses, conhecido no país inteiro, só não era presidente porque os militares não deixavam. Ele comandou a Campanha das Diretas ao lado de outros políticos, mas teve humildade para compor, mais tarde, na transição do general Figueiredo e permitir que Tancredo Neves fosse o candidato.

■ Ulysses apoiou o Plano Cruzado, inspirado nas teses de economistas do seu partido e elegeu praticamente todos os governadores dos estados. O PMDB ganhou maioria absoluta na Assembleia Nacional Constituinte e se transformou no maior partido do Ocidente. Foi um grande momento de sua carreira.

■ Exatamente nessa fase, Ulysses caminharia para o auge de sua história. Eleito presidente da Câmara dos Deputados, em seguida seria ungido presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Durante dois anos, deputados e senadores tiveram de conviver com a sua voz rouca e um clássico “vamos votar”. Muitas vezes ele passou mais de dez horas na cadeira da presidência coordenando os impasses e garantin-

do a sequência dos processos de votação.

■ O grande momento da Assembleia Nacional Constituinte estava para surgir. Acusado pelo presidente José Sarney de permitir a redação de um texto constitucional ruim, que levaria o País à “ingovernabilidade”, Ulysses não teve dúvidas. No dia da promulgação, na presença do próprio presidente Sarney, que teria de jurar à Constituição nova, fez um discurso magistral, onde mostrava que a ingovernabilidade estava sim nas mãos do Governo, se continuasse a manter o País pobre. O próprio presidente Sarney acabou aplaudindo seu discurso.

■ A longevidade de um parlamentar pode muito bem ser explicada pelas suas realizações. Especialmente quando elas começam a aparecer logo no primeiro mandato. Com o deputado João Alves, da Bahia, foi assim. Eleito em 1963 para a Câmara dos Deputados, ele conseguiria a aprovação, logo em seguida, de uma emenda garantindo o pagamento, pela Previdência, do décimo-terceiro salário para aposentados e pensionistas.

■ “Mas o grande momento”, expli-

ca, “foi o discurso que fiz pela Voz do Brasil, a pedido do presidente João Goulart, no momento em que ele sancionava a lei”. Um primeiro momento de consagração nacional.

■ Mais tarde, já em 1966, depois de algum tempo de lutas e discussões, João Alves veria aprovada em maio a sua Emenda Constitucional número 20, que dava aos médicos o direito de acumular dois cargos públicos. “O então presidente do Senado, Aureo de Moura Andrade, me surpreendeu com uma sessão solene do Congresso e abriu a solenidade com as seguintes palavras: ‘O caput do novo artigo constitucional consagra uma iniciativa do nobre deputado João Alves, proposta em mais de uma oportunidade sob a feição de emenda e outras proposições modificadoras da Constituição, no sentido de permitir a acumulação, pelos médicos, de dois cargos pertinentes a essa profissão, que se objetiva a acabar com a escassez de médicos em todo o País. Vê o ilustre representante da Bahia, vencedora a idéia pela qual se debateu com ardor e constância nos últimos dois anos’”.

■ Outro momento de glória vivido pelo deputado foi presidir uma CPI para apurar a responsabilidade do rompimento da Barragem de Fur-

nas, em Minas Gerais. “Mãos criminosas romperam a barragem, cujas águas afogaram 20 mil famílias, uma das maiores tragédias de Minas”, afirma. “O então ministro da Fazenda, Santiago Dantas, foi soliciitado a indicar um nome para compor a Comissão e que seria o vice-presidente. Santiago disse ao líder do PTB, partido ao qual eu pertencia, que indicava João Alves, da Bahia. O líder ponderou por que João Alves, se o problema era de Minas e o ministro disse que só João Alves teria coragem de enfrentar o problema e eu acabei presidente da CPI”, conta o deputado. No final, João Alves acabou pedindo a prisão do governador de Minas, Magalhães Pinto, do governador de São Paulo Adhemar de Barros e do então superintendente da Rede Ferroviária Federal, general Albuquerque Lima.

■ Em 1967, uma carta de um amigo amazonense lhe indicava o deputado Bernardo Cabral para apoio. “Ficamos amigos, amigos, mesmo”, diz ele, “a ponto de, quando ele foi cassado, em janeiro de 1969, na reabertura do Congresso, eu fazer um discurso em protesto contra essa cassação. E olha que eu já pertencia à Arena e apoiava o Governo”.